

ATUALIZAÇÕES

PLP 128/2025

Redução linear de
incentivos e benefícios
tributários federais

Pontos de atenção para
empresas no **lucro presumido,**
fintechs, bets e pagadoras de
JCP.



ATUALIZAÇÕES



No IRPJ/CSLL, o projeto propõe o aumento em 10% dos percentuais de presunção de margem no lucro presumido.

- Margem presumida de serviços, por exemplo, subiria de **32% para 35,2%**
- O aumento aplica-se à parcela da receita bruta total que excede **R\$ 5 milhões por ano**
- O PLP considera o **lucro real** como sistema padrão para apuração de IRPJ/CSLL
- Mudança de paradigma – o lucro presumido **não é definido como gasto tributário** pelo governo



Glossário de termos oficiais

Sistema tributário de referência: regras padrão de incidência, que resultam em o quanto poderia ser arrecadado, em tese, se não houvesse exceções

Gastos tributários: desonerações que constituem exceções ao sistema tributário de referência e implicam renúncia fiscal, como créditos presumidos, isenções e alíquotas reduzidas, sendo destinadas a grupos específicos de beneficiários

Demonstrativo de Gastos Tributários: classifica as desonerações e o seu valor, acompanhando o Projeto de Lei Orçamentária Anual



Exemplos oficiais:



Não são gastos tributários:

- Lucro presumido
- Isenção de dividendos
- Juros sobre capital próprio (JCP)
- Alíquotas diferentes de IRPF sobre renda do trabalho e renda financeira



São gastos tributários:

- Zona Franca de Manaus
- SIMPLES Nacional
- SUDAM e SUDENE
- Deduções de despesas médicas no IRPF

Zona cinzenta nas definições.



Com impacto

Lucro presumido

Lei do Bem

SUDAM e SUDENE

Debêntures de infraestrutura encarteiradas por bancos

SAF - Tributação Específica do Futebol

REIDI

REPORTO

Dedução de despesas médicas e com educação no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF)

Poupança (suponho que passe a ser tributada a 1,5%, se a alíquota padrão sobre aplicações financeiras for considerada 15%)

Outras aplicações financeiras isentas

Sem impacto

Zona Franca de Manaus

SIMPLES Nacional

ProUni

Lei de Informática

Deduções do lucro real, como ágio e JCP



Outras mudanças relevantes

- **Juros sobre capital próprio (JCP):** A alíquota de IRRF sobe de 15% para 17,5%. O JCP continua sendo uma alternativa muito vantajosa para empresas que deduzem a despesa a 34% e para o setor financeiro, que deduz a 40% ou 45%
- **Fintechs:** Aumento da alíquota de IRPJ e CSLL de 34% para 40% ou até 45% dependendo do enquadramento regulatório (instituição de pagamento, SCD, SCFI etc)
- **Bets:** aumento de alíquota sobre o Gross Gaming Revenue (GGR) de 12% para 15% nos próximos anos
- **TBU:** Prorrogações das medidas de crédito presumido e consolidação de controladas no exterior nas regras de Tributação em Bases Universais (TBU) ficam resguardadas

Volume

Os gastos tributários federais totalizam quase 5% do PIB (ou mais de R\$ 500 bilhões por ano)

Reforma tributária do consumo reduzirá os gastos tributários federais de 2027 em diante, ao substituir o PIS e a COFINS pela CBS

Também eliminará os benefícios fiscais estaduais, começando em 2029

Permanecerão as desonerações dos demais tributos, como o IRPJ e a CSLL



Fonte: De Renzio, P., Pires, M., Rodrigues, N., & Teixeira Junior, G. (2025). Relatório nacional sobre gastos tributários: Brasil. German Institute of Development and Sustainability (IDOS) and Council on Economic Policies (CEP). <https://doi.org/10.23661/cr1.2025>



ATUALIZAÇÕES

Próximos passos

Após aprovação do texto do PLP 128/2025 pelo Congresso Nacional, espera-se a sanção presidencial nos próximos dias, com a entrada em vigor de várias medidas a partir de 1º de janeiro de 2026.

A medida fecha o orçamento de 2026.